PAUTA
PARA A 169ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 42, de 2016, de autoria do deputado Jorge Caruso. Altera a Lei Complementar nº 918, de 2002 e a Lei Complementar nº 1.025, de 2007, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 1.175, de 2012, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

2 - Projeto de lei nº 832, de 2016, de autoria do deputado Fernando Cury. Dá a denominação de "Nelson de Andrade" ao Complexo Viário localizado no km 84+5m, da Rodovia Presidente Castelo Branco - SP 280, em Itu.

3 - Projeto de lei nº 833, de 2016, de autoria do deputado Itamar Borges. Declara de utilidade pública a "Associação Catanduvense de Esportes", em Catanduva.

4 - Projeto de lei nº 834, de 2016, de autoria do deputado Ed Thomas. Proíbe a exploração do gás de xisto no Estado pelo método de fratura hidráulica "fracking".

5 - Moção nº 72, de 2016, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais. Apela para o Sr. Governador do Estado, a fim de que determine à Secretaria de Segurança Pública providências imediatas no sentido de identificar e prender os autores dos crimes praticados no dia 4 de abril de 2016, na ocorrência do bairro de Macuco, em Santos.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 824, de 2016, de autoria do deputado Caio França. Dá a denominação de "Maria Julia de França Silva" à Escola Estadual Bairro Boa Esperança, em Eldorado.

2 - Projeto de lei nº 825, de 2016, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Propõe a criação de campanha publicitária de alerta em relação à epidemia de sífilis, voltada para as gestantes.

3 - Projeto de lei nº 826, de 2016, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Dá a denominação de "Tácito Roberto de Jesus" à passarela localizada no km 435+800m, da Rodovia Washington Luís - SP 310, em São José do Rio Preto.

4 - Projeto de lei nº 827, de 2016, de autoria do deputado Angelo Perugini. Dispõe sobre a inscrição dos filhos e enteados, não beneficiados pela Lei nº 11.125/2002 e, portanto, não mais dependentes dos funcionários públicos estaduais, no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, facultativamente, mediante contribuição.

5 - Projeto de lei nº 828, de 2016, de autoria do deputado Professor Auriel. Proíbe a comercialização de combustíveis formulados nos postos de combustível situados no Estado.

6 - Projeto de lei nº 829, de 2016, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Armando Vanni" à passarela localizada no km 124+619m da Rodovia Osni Mateus - SP 261, em Macatuba.

7 - Projeto de lei nº 830, de 2016, de autoria do deputado Cauê Macris. Dá a denominação de "Professora Idalina Aparecida Camargo Borrozino", à Escola Estadual Jardim Aline, em Hortolândia.

8 - Projeto de lei nº 831, de 2016, de autoria do deputado Professor Auriel. Obriga as seguradoras de veículos somente credenciar ou referenciar oficinas para conserto, reparo e serviços de funilaria que ofereçam garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses dos serviços prestados.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 819, de 2016, de autoria do deputado Celino Cardoso. Determina que pessoas feridas em acidentes de transito e outros acidentes, sejam levadas pelo Corpo de Bombeiros, ou assemelhado, para hospitais

conveniados aos seus planos de saúde.

2 - Projeto de lei nº 820, de 2016, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui a "Semana de Prevenção e Conscientização sobre os Malefícios do Gás Radônio".

3 - Projeto de lei nº 821, de 2016, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui a "Semana de Conscientização e Orientação sobre Reciclagem e Descarte de Produtos Eletroeletrônicos" no Estado.

4 - Projeto de lei nº 822, de 2016, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui o programa e o selo "São Paulo pela Vida".

5 - Projeto de lei nº 823, de 2016, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Declara de utilidade pública o "Instituto Salto para a Vida Adhemar Ferreira da Silva", na Capital.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 815, de 2016, de autoria da deputada Leci Brandão. Institui a Política Estadual de Fomento ao Empreendedorismo de Negros e Negras, no Estado.

2 - Projeto de lei nº 816, de 2016, de autoria da deputada Leci Brandão. Dá a denominação de "Freguesia do Ó - Rosas de Ouro" à atual estação do metrô Freguesia do Ó.

3 - Projeto de lei nº 817, de 2016, de autoria da deputada Leci Brandão. Declara de utilidade pública a "Associação Centro Terapêutico Lapidar", em Atibaia.

4 - Projeto de lei nº 818, de 2016, de autoria do deputado Celino Cardoso. Classifica Mairiporã como Município de Interesse Turístico.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 811, de 2016, de autoria do deputado Celso Nascimento. Proíbe a instalação e a operação de equipamento de fiscalização de velocidade por sistemas de radares móveis de forma dissimulada ou em locais que dificultem a sua visualização pelos condutores de veículos, nas rodovias estaduais do Estado.

2 - Projeto de lei nº 812, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Autoriza o Poder Executivo a custear óculos para crianças que possuam

problemas na visão devido à microcefalia.

3 - Projeto de lei nº 813, de 2016, de autoria do deputado Sebastião Santos. Declara de utilidade pública a "Associação Coral da Cidade de Tatuí - Professor José dos Santos", em Tatuí.

4 - Projeto de lei nº 814, de 2016, de autoria da deputada Ana do Carmo. Institui a prioridade de atendimento para emissão do Boletim de Ocorrência - B.O. no caso de causa morte natural em domicílio nas Delegacias da Polícia Civil no Estado.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Moção nº 53, de 2016, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei 805/2015, que altera a Lei n.º 10.826, de 2003, para conceder o porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos, tenha tramitação própria, isto é, desanexado do Projeto de Lei 3722/2013; e que seja aprovado com a necessária urgência.

2 - Moção nº 60, de 2016, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para a Sra. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região a fim de que se empenhe em concretizar as obras para evitar que novos episódios de suicídio aconteçam no prédio do Fórum Ruy Barbosa.